

Análise das Interações da Sessão de Debates do Senado Federal sobre Precarização das Relações de Trabalho – 29/09/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **187 participações dos cidadãos** na Sessão de Debate temáticos (SDT) realizada no Plenário do Senado Federal, em 29/09/2025, sobre a "Precarização das Relações de Trabalho: Pejotização, Terceirização e Intermediação". O objetivo é fornecer aos Senadores uma visão geral das principais preocupações, opiniões e questionamentos expressos pelo público, a fim de subsidiar os debates sobre a modernização e a proteção das relações de trabalho no país.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 187

Temas principais:

- Perda de Direitos e Aumento da Precarização (41%)**: A maioria expressiva dos comentários abordou a "pejotização" e a terceirização como mecanismos que retiram direitos fundamentais dos trabalhadores. Cidadãos apontam que a contratação como pessoa jurídica (PJ) mascara a relação de emprego e serve para isentar empregadores de responsabilidades como o pagamento de férias, 13º salário, FGTS e contribuições previdenciárias. Essa percepção é de que tais práticas levam ao sucateamento do trabalho, à instabilidade financeira e impactam negativamente a dignidade e a qualidade de vida do trabalhador.

Exemplo: Como a pejotização afeta os direitos trabalhistas e a segurança do trabalhador? (Felipe B. - RS)

2. Propostas de Regulação, Fiscalização e Ação Governamental (28%):

Muitos cidadãos cobraram ações concretas do poder público para frear o avanço da precarização. As perguntas direcionadas aos Senadores e órgãos competentes questionam sobre a criação de leis mais rígidas, o aumento da fiscalização para coibir fraudes e as medidas que o governo pretende adotar para punir empresas que utilizam a "pejotização" de forma abusiva. A demanda principal é por um equilíbrio que garanta a proteção ao trabalhador sem impedir a flexibilidade necessária ao mercado.

Exemplo: Quais medidas poderiam ser adotadas pelas autoridades fiscalizadoras para evitar as formas de precarização das relações de trabalho?" (Carlos H. - MA)

3. Defesa da Flexibilização e da Liberdade Contratual (11%): Em oposição

à maioria, uma parcela dos participantes defendeu a "pejotização" e a terceirização como modelos de trabalho modernos que promovem a liberdade econômica e a autonomia profissional. Para esse grupo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é vista como ultrapassada e um entrave para a geração de empregos. A visão é de que a relação de trabalho deve ser negociada livremente entre as partes, sem a intervenção do Estado, o que poderia resultar em maior eficiência para as empresas e melhores ganhos para o trabalhador empreendedor.

Exemplo: A relação de trabalho é particular e deve ser definida com liberdade entre as partes sem a intromissão do Estado. Desestatizar é democracia." (Jean A. - MG)

4. Caracterização da Fraude e do Vínculo Oculto (10%): Alguns comentários

se concentraram em denunciar a prática de contratar trabalhadores como PJ, embora na prática eles exerçam funções com todas as características de um vínculo empregatício formal: subordinação, jornada fixa, uso de uniforme e

cumprimento de ordens diretas. A principal queixa é sobre a incoerência de se exigir as mesmas obrigações de um funcionário CLT sem oferecer os mesmos direitos e garantias, configurando uma fraude à legislação trabalhista.

Exemplo: A pejotização vem sendo utilizada como meio de driblar o pagamento dos direitos trabalhistas?" (Rahissa V. - RO)

5. **Impactos Econômicos e Sociais (10%):** Por fim, uma parte das interações abordou as consequências mais amplas da precarização, que extrapolam a relação individual de trabalho. As preocupações citadas incluem o impacto negativo na arrecadação da Previdência Social, o que compromete a sustentabilidade do sistema de aposentadorias, e o enfraquecimento da organização sindical. Também foram levantadas questões sobre como essas práticas afetam a economia do país e a qualidade dos serviços públicos, especialmente quando a terceirização ocorre no setor público.

Exemplo: A precarização do trabalho tem como um dos principais efeitos nocivos a desestruturação da Previdência Social. Como reverter este quadro?" (José A. - BA)

Em conclusão, a sessão de debates revelou uma forte divisão de opiniões sobre os rumos das relações de trabalho no Brasil, com um debate centralizado na dicotomia entre a denúncia da precarização e a perda de direitos, e a defesa da flexibilização como caminho para a liberdade econômica. As preocupações com a fraude nas contratações e a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa por parte do Estado foram temas recorrentes, enquanto a modernização da CLT foi defendida por uma minoria como solução para a geração de empregos. O conjunto das participações evidencia a urgência de encontrar um equilíbrio entre a proteção ao trabalhador e as novas dinâmicas do mercado.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35785>.